

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS

REQUERIMENTO N.º _____ DE 2007

(Da Senhora Rebecca Garcia)

Requer à Comissão de Meio Ambiente uma Audiência Pública com a presença da Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva, do Presidente do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação, Sr. João Paulo Capobianco e do Presidente do IBAMA, Sr. Dr. Bazileu Margarido Neto, para discutir a articulação entre os órgãos em decorrência de áreas de sombreamentos e lacunas existentes com a divisão do IBAMA

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a vossa excelênciia audiênciia pública nessa comissão com a presença da Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva, do Presidente do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação, Sr. João Paulo Capobianco e do Presidente do IBAMA, Sr. Dr. Bazileu Margarido Neto, para discutir a articulação entre os órgãos em decorrência de áreas de sombreamentos e lacunas existentes com a divisão do IBAMA

JUSTIFICATIVA

A criação do Instituto Chico Mendes como autarquia federal responsável pelas áreas de conservação e de proteção ambiental do país, com a divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), tem causado divergências organizacionais e trabalhistas entre os funcionários das duas instituições.

Segundo fontes do governo, o Instituto Chico Mendes deve ter autonomia apenas a partir de 2008. Por enquanto, ele permanece totalmente atrelado ao Ibama. Os funcionários da Diretoria de Administração e Finanças – Diraf e da antiga Diretoria de Gestão Estratégica estão trabalhando para os dois órgãos. A estrutura já é mínima, pois nas convocações de novos funcionários para o IBAMA não houve a contratação de pessoal para as duas diretorias. Existem cerca de 45 servidores em cada departamento. Para dificultar a situação, há no quadro técnico algumas pessoas perto da aposentadoria. No entendimento de especialistas, com o desmembramento do IBAMA, áreas que funcionavam mal, tiveram o trabalho aumentado.

A estrutura do novo instituto é virtual. A divisão orçamentária que o Ministério do Meio Ambiente pretende aplicar vai retirar 40% da folha de pagamento do IBAMA. Mas como foi criado, na medida provisória, sem instrumentos administrativos – por exemplo, apenas recentemente foi criado o seu CNPJ – o novo órgão tem sérios problemas de sustentação financeira. Toda a arrecadação de parques nacionais está indo para a caixa do Ibama. O mesmo se aplica ao dinheiro das compensações ambientais, que ficou todo com a diretoria de licenciamento do IBAMA.

Existem outras áreas de atuação do IBAMA que estão sendo claramente prejudicadas pelo impasse que se formou com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Segundo levantamento, 38 planos de manejo de unidades de conservação que estavam em elaboração foram interrompidos. Todos os investimentos em infra-estrutura dos parques nacionais, como nos Lençóis Maranhenses e Serra das Confusões (PI), também pararam. Além disso, houve o cancelamento de licitações, como a do bondinho do Parque Nacional da Floresta da Tijuca (RJ).

Os funcionários que deveriam atuar pelo novo instituto se consideram atrelados ao IBAMA, pois não houve qualquer orientação sobre os postos que devem ocupar. Embora autoridades do ministério tenham afirmado que o corpo funcional que trabalha com conservação no IBAMA seria automaticamente transferido ao recém-criado instituto, isso não está escrito na Medida Provisória ou em qualquer portaria ministerial.

Os casos mais claros de desarticulação entre as áreas de fiscalização, que permaneceram sob controle do IBAMA, e a parte de conservação, agora sob alcada do Instituto Chico Mendes, estão em grandes operações previstas na Amazônia. Em junho deste ano, o IBAMA iniciaria ação contra grileiros e madeireiros ilegais que ocupam parte da Estação Ecológica da Terra do Meio, no Pará, uma das maiores unidades de conservação do Brasil, com cerca de quatro milhões de hectares. Criada em 2005 após a morte da missionária Dorothy Stang, a Terra do Meio só recebeu ação de reconhecimento no fim de 2006. A entrada do IBAMA, com a Polícia Federal e o Exército daria continuidade ao controle da área, mas a MP 366 parou o processo.

Algumas questões que são levantadas pelos funcionários das instituições estão norteadas nas funcionalidades do Instituto Chico Mendes sobre o licenciamento, a ordenação dos recursos naturais em decorrência da divisão e a articulação entre os órgãos para que haja uma dinâmica de trabalho transparente, e que permita a interlocução de ambas as partes.

Diante do exposto, solicito uma Audiência Pública com a presença da Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva, do Presidente do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação, Sr. João Paulo Capobianco e do Presidente do IBAMA, Sr. Dr. Bazileu Margarido Neto, para discutir a articulação entre os órgãos em decorrência de áreas de sombreamentos e lacunas existentes com a divisão do IBAMA.

Sala das Comissões, 06 de Dezembro de 2007

REBECCA GARCIA

Deputada Federal (PP-AM)